

# Governo gasta com juros US\$ 1 bilhão por semana

*Despesa anual pode chegar a 4% do PIB se a União continuar pagando taxa de 41% sobre sua dívida de US\$ 300 bilhões*

Daniela Mendes  
Correspondente

**N**ova York — As altas taxas de juros da economia penalizam o cidadão comum que faz compras a prazo ou utiliza cheques especial. Mas o maior prejudicado é o próprio governo, o maior tomador de empréstimos do país, que capta dinheiro no mercado oferecendo títulos públicos. A conta recai sobre a população em geral porque o montante de juros pago pelo governo a seus credores consome recursos preciosos que poderiam estar sendo utilizados em programas sociais.

O economista Paulo Leme, diretor de Mercados Emergentes do banco de investimentos Goldman Sachs, em Nova York, fez esta conta: o Brasil desembolsa US\$ 1 bilhão por semana com o pagamento de juros atualmente. Desde o agravamento da crise mundial, em agosto passado, quando a Rússia decretou moratória e deixou de honrar os credores, o governo foi obrigado a dobrar as taxas de juros para conseguir captar recursos e rolar sua dívida.

Em agosto, o governo tomava empréstimos com juros de 19% ao ano. No final de setembro, puxou as taxas para cima, pagando juros de 41% ao ano. Como a dívida interna, somando a parte do Tesouro Nacional e do Banco Central, é de cerca de US\$ 300 bilhões, chega-se a US\$ 1 bilhão por semana, conforme Paulo Leme. "Se nada for feito e o patamar das taxas continuar o mesmo, numa projeção anual, serão



consumidos 4% do PIB (renda anual do país) em juros", acrescenta o economista.

A desconfiança do mercado em relação ao Brasil também tem repercussão nas contas externas — o País vem perdendo cerca de US\$ 4 bilhões por mês em reservas internacionais, de investidores estrangeiros temerosos quanto a um calote. No auge da crise, nas duas últimas semanas de agosto, US\$ 1 bilhão deixavam o Brasil por dia. Dos US\$ 70 bilhões de reservas que tinha em caixa em julho, o país dispõe hoje de pouco mais de US\$ 43 bilhões.

Para baixar os juros, o governo diz que precisa implementar o ajuste fiscal, pois é a única forma de voltar a ter credibilidade junto ao mercado financeiro, apresentado à sociedade esta semana e em discussão no Congresso Nacional. "O mercado não dá trégua. O país está numa corrida contra o relógio", alerta Paulo Leme. Confianto que terá apoio para pôr as medidas em prática, o governo programou os juros médios de 22% para o próximo ano.

O ajuste fiscal é a base de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), algo tido como essencial para o Brasil voltar a ser visto com bons olhos pelo mercado. Com este acordo, o país poderá ter acesso a um pacote financeiro de pelo menos US\$ 30 bilhões que será composto com recursos do FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, possivelmente, de alguns países ricos, entre eles Estados Unidos.

Otávio Magalhães/AE 25.06.98



Paulo Leme, do Goldman Sachs: juro só diminuirá com ajuste e credibilidade

A última etapa é formalização de uma carta de intenções. Uma missão brasileira chega hoje a Washington para apresentar os detalhes do plano fiscal e começar a discutir o teor da carta. É possível que até o final da semana que vem o documento esteja concluído e seja divulgado. Esta seria a senha para o FMI anunciar o pacote de ajuda financeira. Concluída a carta de intenções, seriam necessárias mais umas duas semanas para o processo tratar no Fundo, quando então o dinheiro poderia ser liberado.

O acordo com o FMI deverá ser mais tradicional do que gostaria o governo. A carta de intenções terá as metas trimestrais de superávit primário (não inclui as despesas com juros) e nominal (inclui os gas-

tos com juros). Provavelmente, deverá projetar também as reservas internacionais e os agregados monetários para o mesmo período.

No acordo, o Brasil deverá informar como está o encaminhamento das medidas, quais já foram publicadas no Diário Oficial e o trâmite no Congresso Nacional. Espera-se que quando o acordo for assinado a parte relativa à reforma da Previdência já tenha sido aprovada pelos parlamentares. Como ainda tem reservas em dólar em caixa, o Brasil não precisará utilizar imediatamente os recursos emprestados pelo FMI, mas a simples existência deles deverá recuperar a confiança dos investidores no país e desestimular os especuladores que apostam contra o Brasil.